

A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina

Maria da Glória Gohn¹

Resumo

O artigo focaliza a produção teórica sobre os movimentos sociais na América Latina com destaque para a produção brasileira. Ele se divide em duas partes. A primeira sistematiza diferentes eixos e suportes teórico-metodológicos que configuram as abordagens sobre os movimentos sociais a partir dos da década de 1960, contextualizando fatos e abordagens. Resgatam-se autores, teorias, conceitos e as categorias utilizadas que deram suporte aos estudos realizados nas décadas de 1970-1990, especialmente as teorias da identidade coletiva e da Mobilização Política. No caso brasileiro, destaca-se o papel da ANPOCs. A segunda apresenta um panorama geral sobre as teorias contemporâneas que têm predominado na América Latina na atualidade, incluindo as referências presentes nos protestos e manifestações que ocorreram em 2013 no Brasil. Sistematizam-se cinco abordagens: a humanista, teorias pós-coloniais, teorias marxista e pós-marxista, os autonomistas e os institucionalistas.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Teorias. Abordagens teóricas.

I Apresentação

Sabe-se que no campo de análise sobre os movimentos sociais, nas últimas cinco décadas na América Latina, houve grande influência do referencial teórico de produção de conhecimento científico construído nos países do hemisfério Norte, nas análises e explicações sobre os movimentos e mobilizações ocorridas em países do Sul, no mesmo período. Indaga-se neste texto: Quais as especificidades dos movimentos sociais latino-americanos em relação

¹ Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. Pesquisadora I do CNPq, membro do board de coordenação do Research Committee Social Classes and Social Movements (RC 47) da Associação Internacional de Sociologia. Email: mgohn@uol.com.br.

aos movimentos que ocorrem no Norte, em diferentes tempos históricos? Por que muitos pesquisadores tratam movimentos e outros fenômenos sociais do Sul com um referencial teórico advindo do Norte? É possível falar de uma teoria ou teorias dos movimentos sociais do Sul? Quais são os lugares e sujeitos que estão produzindo sobre os movimentos sociais, sobretudo no caso brasileiro? Quais são as teorias e os paradigmas utilizados nestas produções?

Para uma melhor compreensão de possíveis respostas, este artigo divide-se em duas partes. Na primeira, busca-se contextualizar as indagações, retrocedendo na história. Tomam-se como exemplo três momentos significativos na América Latina relativos à ocorrência de movimentos e análises a respeito, a partir da década de 1960 até a de 1990. Este exercício é importante porque a maioria das abordagens contemporâneas são revisões daquelas décadas. Na segunda parte, delinea-se uma síntese das principais interpretações teóricas na atualidade.

2 Primeira parte – contextos e interpretações

2.1 Movimentos sociais e correntes teóricas a partir dos anos de 1960 na América Latina

Sabe-se que a década de 1960 foi uma década de movimentos, mudanças e transformações em várias partes do mundo. Alguns movimentos tinham demandas e matrizes temáticas similares em várias regiões, tais como o movimento dos estudantes em 1968. Entretanto, eles se desenvolveram de variadas formas segundo as conjunturas política, social, cultural e econômica dos países onde ocorriam. Assim, Maio de 68 na França, Alemanha ou Estados Unidos foi muito diferente de Maio de 68 no Brasil ou em Córdoba/Argentina, países então sob regimes militares. No Brasil, por exemplo, as rebeliões estudantis cerraram fileiras contra o regime militar. As passeatas e manifestações nas ruas foram enfrentamentos com a polícia e os órgãos de repressão. Entretanto, uma boa parte da interpretação que se fez sobre este período, em países do Sul, adveio de análises que tomaram como foco eventos centrados no Norte. Destacam-se três autores que realizaram estas análises na Europa e tiveram papel importante a respeito – Alain Touraine, Herbert Marcuse, e Cornelius Castoriadis –, além da influência de Jean Paul Sartre. Com focos

teóricos distintos, eles destacaram que as manifestações, no seu nascedouro, buscavam muito mais mudanças nos costumes, nos comportamentos e na cultura universitária tradicional vigente, do que uma mudança de regime político. Na sequência dos acontecimentos em cada nação, à medida que as mobilizações avançaram e tomaram vulto, os manifestantes passaram a questionar o poder político também, mesmo em países que não estavam sob a égide de ditaduras militares.

Olhando para América Latina nos anos de 1960, observa-se que tivemos, além do movimento dos estudantes, vários outros que se explicam como heranças de nosso passado colonial, escravocrata e opressor dos povos indígenas. No meio rural, teve-se, por exemplo, as Ligas Camponesas no Brasil, e muitas greves operárias nas cidades. Enquanto no mundo urbano o repertório era moderno e se expressava por meio de marchas, demonstrações e greves, no mundo agrário, na maioria dos países da América Latina, os protestos foram focalizados, com uso de violência, de duração limitada, com ações diretas contra os oponentes, responsáveis por atos de injustiças. Vários autores latino-americanos buscaram entender aquelas manifestações segundo teorias da modernização, contrapondo o rural ao urbano nos moldes dos processos históricos ocorridos na Europa, numa visão etapista e linear, ou utilizando-se de teorias da marginalidade social, algumas em versões criadas ou desenvolvidas nos Estados Unidos.

Registre-se, entretanto, que na América Latina ocorreram vários esforços, nas décadas de 1960 e 1970, para entender as especificidades das lutas e dos movimentos latino-americanos, a exemplo dos trabalhos de Rodolfo Stavenheim, Lúcio Kowarick, Aníbal Quijano, André Gunder Frank e outros latino-americanos. A teoria da dependência, com Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso (1972), também pontuou especificidades do processo latino-americano. Todos eles, em diferentes contextos nacionais, buscaram reconstruir perspectivas para o universo latino-americano. Entretanto, a produção mais notável neste período, no sentido de captar diferenças entre olhares, adveio de autores que refletiram sobre as relações de opressão contribuindo para as bases de um pensamento do Sul, ainda que eles tivessem vivido experiências no Norte, a exemplo de Frantz Fanon (1968), autor considerado como criador de uma Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire parece ter-se inspirado nele).

Resulta que, da década de 1960 à atualidade, Fanon, Paulo Freire, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, E. Dussel e outros desenvolveram a abordagem que se consolidou como campo da teoria da colonialidade, criando o paradigma da colonialidade. Trata-se de uma visão em que o relato da história colonial e das formas de exploração ocorridas na América Latina se faz a partir da versão do colonizado, ou dos “condenados da terra” – expressão de Frantz Fanon. Na parte dois deste artigo, esta abordagem será retomada porque neste novo século ela ganhou muitos adeptos na América Latina, especialmente no Brasil, como teorias pós-coloniais.

O que se pode concluir provisoriamente até aqui é: a chave para o entendimento da questão da dominação na produção de saberes não é dada pelo território onde a teoria é produzida ou pela nacionalidade de seu produtor ou reprodutor. O que importa é qualificar a natureza destes saberes quanto aos seus pontos de vista, pois, como disse Leonardo Boff, todo ponto de vista parte de um ponto. Que interesses, grupos, sujeitos, valores e processos sociais este ponto de vista privilegia? Esta chave também pode ser observada na literatura. Nos anos 1960, foram lançadas as principais obras de autores que se tornaram referência para as gerações posteriores, a exemplo de Júlio Cortázar (*História de cronópios e das famas*), Alejo Carpentier (*O século das luzes*), Mario Vargas Llosa (*A cidade e os cachorros*), Gabriel Garcia Marques (*A má hora*), e outros. Estes autores foram influenciados e incorporaram marcas e estilos de James Joyce, William Faulkner, Franz Kafka etc. Mas todos eles, em diferentes contextos nacionais, buscaram trazer e reconstruir perspectivas do e para o universo latino-americano.

2.2 Movimentos sociais dos direitos civis nos Estados Unidos e as teorias norte-americanas. Influências na América Latina

Na reconstrução das teorias que influenciaram as análises sobre os movimentos sociais na América Latina nas décadas de 1960-1990, é importante registrar aquelas que foram construídas a partir de teorias clássicas da ação social coletiva nos Estados Unidos. Dentre essas, destaca-se a construção de veios explicativos para o movimento pelos direitos civis norte-americanos a partir da década de 1950, gerando teorias que viriam a ser retomadas no século XXI, especialmente no Brasil. Sabe-se que nas décadas de 1950-1960, houve um movimento vigoroso por direitos civis nos Estados Unidos, que

levou à construção de várias teorias explicativas, a exemplo da Teoria da Escolha Racional (Olson), da Teoria de Mobilização de Recursos e, posteriormente, a partir dos anos de 1970, da Teoria de Mobilização Política (TMP) (Tilly, MacAdam e Tarrow). Alguns autores denominam esta última abordagem como Teoria do Processo Político (TPP). A TMP dá ênfase aos ciclos e processos de mobilizações sociopolíticas focalizando as organizações e os processos de institucionalização das ações coletivas (GOHN, 2012a). Sabe-se que a TMP foi construída a partir de debates com outras teorias, a exemplo da citada Teoria da Escolha Racional dos anos de 1960, de M. Olson, e da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), de John McCarthy e Mayer Zald, entre outros, nos anos de 1970. Essas teorias foram criticadas pelos autores que construíram a TMP, sobretudo devido ao foco no comportamento coletivo ou teoria do “*collective behavior*” (SMELSER, 1963). Predominava nesta última abordagem o foco psicossocial, o qual via “as ações de massas como expressão do colapso da sociedade e da anomia social, foco este presente na literatura sociológica desde as primeiras décadas do século XX. Era frequente considerar que os dirigentes ou as lideranças das ações coletivas agiam levados por impulsos psíquicos inconscientes, e os que delas participavam iam atrás de “uma ideologia irracional.” (FLACKS, 2005, p. 49). Posteriormente, na década de 1980, a Teoria da Mobilização Política dialogou também com as teorias culturais e identitárias de autores europeus, tais como com a dos novos movimentos sociais (A. Touraine, A. Melucci), especialmente nos debates sobre a questão do papel das estruturas *versus* as ações dos atores (COHEN, 1985). O resultado foi a renovação da TMP, envolvendo norte-americanos e europeus, passando a predominar nos Estados Unidos, a ênfase no processo político das mobilizações e as bases culturais que lhes dão sustentação (ao invés da ênfase nas bases econômicas enfatizadas pelos americanos entre os anos 1970 e parte dos anos 1980). Estrutura das oportunidades políticas foi a categoria chave desenvolvida na TMP. As oportunidades políticas passam a ser vistas como responsáveis pelo surgimento dos vários ciclos de movimentos sociais, em diferentes contextos e lugares históricos.

Em relação à onda de movimentos sociais de base que ocorreu na América Latina, especialmente no Brasil, a partir dos anos de 1970, tratada no próximo tópico, a TMP tem um ponto em comum: o pragmatismo, o desejo de que a pesquisa estivesse a serviço dos pesquisados e não do pesquisador. Flacks afirma que a nova “visão” dos movimentos sociais pós anos 1960 passava por uma

ênfase nos movimentos enquanto “política por outros meios”, encarando-os como esforços coletivos no sentido da prossecução de determinados interesses através de estratégias inteligíveis e apontando a objetivos racionais. Para compreender os movimentos, não era preciso fazer a psicanálise dos participantes, mas sim explicar como o surgimento e o desenvolvimento de um dado movimento estavam relacionados com as oportunidades, as ameaças e os recursos disponíveis para atingir os respectivos fins. “A participação em movimentos explicava-se melhor através da análise dos modos como os participantes se achavam inseridos nas comunidades e redes do que com base no pressuposto de que se tratava de gente desenraizada ou socialmente alienada. Em vez de ver os movimentos como forças irracionais ou destrutivas, era mais fiel à verdade histórica reconhecer seu papel constitutivo no moldar das sociedades modernas” (FLACKS, 2005, p. 49).

2.3 A abordagem dos novos movimentos sociais nas décadas de 1970-1980 no Brasil

Na década de 1970 e parte de 1980, floresceu na América Latina o que se denominou “novos movimentos sociais”. Foram movimentos organizados em periferias urbanas, articulados com pastorais cristãs e intelectuais engajadas na luta contra o regime militar. Estes movimentos eram muito diferentes dos movimentos identitários de mulheres, afrodescendentes ou indígenas, assim como diferentes dos movimentos ambientalistas que se iniciavam no Brasil, por exemplo. No conjunto, estes movimentos diferenciavam-se dos movimentos europeus da época, lá focados mais em questões ambientais, da mulher, dos imigrantes etc. A maioria deles, tanto na Europa como na América Latina, foi analisada sob o paradigma dos “novos movimentos sociais”, tendo Alberto Melucci, Alain Touraine, Manuel Castells e Claus Offe como principais referenciais teóricos, além de Gramsci e suas formulações sobre a sociedade civil. Na ocasião, a preocupação principal era apontar as novidades que estes movimentos traziam em relação aos movimentos operários, até então vistos por várias abordagens como os “sujeitos históricos por excelência”. Claus Offe demarcou o debate da época diferenciando as novas e as velhas formas de movimentos sociais (OFFE, 1988). O debate do período pós-1945, “revolução” e “reforma”, ficou para trás porque não se tratava mais de discutir a nação, o modelo econômico, a classe operária etc. A própria classe operária

tinha se modernizado. No Brasil, lutava-se contra o regime militar via contestação das políticas de arrocho salarial, criando formas novas de sindicalismo no ABCD paulista que logo se difundiram por todo o país.

Na década de 1980, no Brasil, as pesquisas sobre os movimentos sociais concentraram-se, em sua quase totalidade, nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da igreja), e nas lutas pela terra, na área rural. As teorias que orientaram ou inspiraram a produção a respeito foram, majoritariamente, as de origem de paradigmas construídos na Europa, tendo predominância nos anos 1970 a vertente marxista, e nos anos 1980 a abordagem dos novos movimentos sociais. Os estudos baseados nas teorias marxistas destacaram as categorias: hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. Os estudos que aplicaram o paradigma dos novos movimentos sociais, as categorias da autonomia e da identidade foram os maiores destaques. Mas houve certa releitura daquelas teorias para a realidade nacional, resultando também na criação de outras categorias de análise, tais como: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, terceiro setor, esfera pública e privada etc.

A partir do final da década de 1980 impera uma nova era de organização dos movimentos sociais na América Latina: os movimentos identitários. No Brasil, após a Constituição de 1988, políticas públicas reforçaram esta hegemonia, com o reconhecimento de vários direitos sociais das mulheres, afrodescendentes, povos indígenas, povos originários, crianças/adolescentes, idosos, homossexuais etc. Esta nova era cria novos perfis ao associativismo civil, menos organizado via movimentos sociais de reivindicações, lutas e pressão diretas, e mais focalizados em organizações sociais que visam o desenvolvimento de projetos e programas sociais em parceria com órgãos estatais. Autores europeus também foram fundamentais no debate e na análise da nova fase dos movimentos e do associativismo civil, a exemplo da teoria crítica, trabalhos como o de Axel Honneth e Nancy Fraser com a Teoria do Reconhecimento deram importante contribuição para a análise dos novos movimentos sociais identitários, além de N. Bobbio, H. Arendt e J. Habermas, na questão do espaço público (com ênfase nas formas não estatais).

Na produção brasileira sobre os movimentos sociais, do final dos anos de 1970 e ao longo de toda a década de 1980, deve-se registrar a importância da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) como um grande espaço de concentração de estudos e pesquisas. Um grupo de trabalho (GT) específico sobre os movimentos sociais foi criado em 1977 por José Álvaro Moysés. Posteriormente, o GT mudou de nome para Lutas Urbanas e incorporou a temática do Estado. Este GT aglutinou por vários anos o debate e a produção intelectual a respeito dos movimentos sociais, sendo composto por Ilse Scherer-Warren, Luis Antonio Machado, Lícia Valladares, Ana Clara Torres Ribeiro, Irllys Alencar Firmo Barreira, Pedro Jacobi, Paulo Krischke, Maria da Glória Gohn, Inaiá Carvalho, Ana Maria Doimo, Edson Nunes, Carlos Nelson dos Santos, Evelina Dagnino e muitos outros. A temática predominante no GT inicialmente foi a dos movimentos sociais populares de luta por melhorias urbanas, habitação, transportes, loteamentos clandestinos, creches etc. Ao longo dos anos 1980, outros recortes foram incorporados, especialmente a relação com o estado, e outros GTs foram criados ou se expandiram, passando a focalizar movimentos sociais específicos, a exemplo dos GTs sobre a temática das mulheres, questões raciais, dos indígenas, ambientalistas etc. Mas eles não se apresentavam com o título movimentos sociais no nome do GT. Os GTs que discutiam o movimento operário industrial, ou outras categorias de trabalhadores, aglutinavam-se ao redor do tema dos sindicatos. Os referenciais teóricos destes outros GTs eram diversos. Destaque deve ser dado aos GT sobre gênero. Aos poucos, a temática das feministas, de diferentes matizes, avançou e incorporou-se também ao cotidiano do GT sobre movimentos sociais. Inúmeros concursos de apoio à pesquisa patrocinados, entre outros, pela Fundação Ford e pela Fundação Carlos Chagas/São Paulo, ajudaram na difusão da temática.

Ao longo dos anos de 1990, a geração de alunos de pós-graduação que participou da ANPOCS ao final dos anos de 1970 e ao longo de 1980 passou a outra condição: de docência e orientação de pesquisas na pós-graduação, criando ou consolidando grupos de pesquisa. As temáticas mudaram segundo o novo momento histórico de consolidação democrática. O estado, as políticas públicas, os conselhos, a esfera pública, as ONGs, a economia solidária etc. ganharam espaço como objeto de investigação. Um sujeito ganha destaque central nos movimentos sociais: os sem-terra. Ao final dos anos 1990, o movimento antiglobalização entra na pauta. A ANPOCS diversifica sua

pauta temática de GTs e por um bom tempo os movimentos estiveram fora do eixo central como título de um GT. Retorna somente em 2010-2012, com mesas-redondas, e em 2014, com um GT específico e um colóquio com três sessões sobre as Jornadas de Junho de 2013.

Na primeira década do século XXI, criaram-se novos núcleos de pesquisas sobre os movimentos sociais nas universidades brasileiras (UnB, UFRS, UNISINOS, UERJ/IESP, UFMG etc.), os quais vieram a somar com os já existentes (UFSC, PUC/SP, UNICAMP, UFMT etc.). As temáticas relacionadas com formas da sociedade civil organizada, em cooperativas, oficinas e programas sociais, com apoio de políticas públicas, ganham destaque. Mulheres e afrodescendentes e grupos de povos indígenas passam a ser foco de pesquisas, editais, grupos de trabalho, políticas públicas etc. O tom predominante nas abordagens passa a ser a questão da diversidade, da identidade cultural, do respeito às diferenças etc. Na questão popular, sem-terra e sem-teto continuam em pauta, congressos nacionais específicos destes movimentos, cursos e métodos de alfabetização, projetos de ocupação da terra etc. entram na agenda dos debates e das pesquisas.

Entretanto, na primeira década deste novo século, no Brasil, o tema dos movimentos sociais deixa de ser objeto de pesquisa apenas da academia. ONGs e outras entidades do terceiro setor, assim como entidades do poder público administrativo, iniciam pesquisas empíricas sobre alguns movimentos sociais a fim de obterem dados para seus planos e projetos de intervenção na realidade social. Este conjunto de entidades também patrocina cursos, seminários e encontros de movimentos sociais com estudiosos e pesquisadores. Vários desses estudos têm natureza estratégica instrumental – visam, prioritariamente, informar as ações de intervenção junto a grupos organizados (TORO, 2007), mas se constituem numa grande fonte de dados para a pesquisa. A revisão ou retomada de uma reflexão sobre os movimentos populares das décadas de 1970 e 1980 aparece em estudos de intelectuais e assessores dos movimentos naquele período, sendo também uma grande fonte para resgate da memória e registro histórico, a exemplo de Wanderley (2007).

Na virada da primeira década do novo século, um novo sujeito político ganha destaque: os indignados. No Brasil, sua presença se faz com força em Junho de 2013, com manifestações em todo o Brasil, em movimentos de protestos contra políticas sociais vigentes nas áreas dos transportes,

educação, saúde etc.; contra também a prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, entre outros motivos. Com os indignados, novos atores entram em cena, tais como formas do ativismo transnacional que até então não tinham quase visibilidade, como os *Black Blocs* (DEPIUS-DÉRI, 2014), com novas orientações no campo teórico. Novos sujeitos entram no campo da pesquisa – grandes institutos de pesquisa de opinião pública, a exemplo do IBOPE, DATAFOLHA etc. Em vários casos, pesquisas de âmbito nacional são contratadas por órgãos governamentais para subsidiar ações governamentais. Políticas públicas são propostas a exemplo do Decreto n. 8243, de 26/05/2014, sobre a Política Nacional de Participação Popular (PNPS), que busca estabelecer diretrizes para mecanismos de participação social na administração pública federal.

3 Segunda parte: abordagens teóricas contemporâneas sobre movimentos na América Latina contemporânea

3.1 Características gerais

A principal característica das abordagens que dão suporte às análises sobre os movimentos sociais na América Latina, especialmente no Brasil, é a diversidade de olhares, focos, fontes paradigmáticas e conclusões a respeito dos fatos observados. No seu conjunto, observa-se que as teorias e as categorias presentes esboçam, delineiam, e ao mesmo tempo poderão ser o suporte para a elaboração de um paradigma próprio e específico à América Latina, ainda a ser construído em sua plenitude, mas que está presente no debate incipiente que se observa nas entrelinhas dos trabalhos e congressos acadêmicos. Este debate tem colocado vários dilemas, alguns novos e outros já muito conhecidos, tais como a ênfase na estrutura (dada pelos marxistas em relação às classes sociais) *versus* a ênfase na interação e ação do ator social (dada pelos europeus adeptos das abordagens dos novos movimentos sociais). Isso dividiu de um lado os estruturalistas e de outro os interacionistas. Os primeiros postulavam que é necessário primeiro mapear as condições estruturais, as causas, as consequências e as influências dos movimentos, a partir de uma análise que enfoca as desigualdades sociais, as discriminações, a repressão e a exploração, dando-se atenção também às ideologias, frustrações, queixas, reclamações e demandas, assim como as possibilidades de consciência e de organização dos grupos e movimentos. Este tipo de análise enfatiza o potencial de transformação dos

movimentos sociais. O segundo enfatiza os conflitos políticos, as estratégias de mobilizações, as relações de poder, o papel das lideranças, as alianças, o papel das ações estratégicas etc. Destaca-se a capacidade dos movimentos de construir identidades políticas por meio de processos discursivos. A ênfase mais interacionista postula que é impossível entender as ações políticas como deduções diretas das estruturas econômicas.

Este debate esteve presente na segunda metade dos anos 1980 entre os norte-americanos e os europeus e resultou na colocação de outro dilema: qual o objetivo e o significado básico dos movimentos – construir estratégias (americanos) ou identidades (europeus)? Nos anos 1990, os norte-americanos abandonaram o dilema e mudaram o eixo paradigmático para a estrutura das oportunidades políticas, responsável pelo surgimento dos vários ciclos de movimentos sociais, em diferentes contextos e lugares históricos; ou confrontos políticos, conforme já assinalamos na primeira parte deste artigo.

Outro dilema presente no paradigma latino-americano diz respeito à controvérsia sobre o terreno onde se movem os movimentos sociais. Uns advogam a ênfase nos fatores sociopolíticos e culturais, outros nos fatores político-econômicos. Os primeiros se filiam à corrente dos novos movimentos sociais e destacam o processo de construção da identidade política dos movimentos e o potencial de resistência (cultural) destes. Os segundos enfatizam a questão do poder político segundo as concepções do paradigma marxista (relacionando poder político ao econômico), ou a abordagem norte-americana da TMP, que enfatiza as estruturas de oportunidades políticas.

No novo século, novas abordagens têm surgido – com ênfase na ação dos indivíduos, motivados por ideologias autonomistas (também com lastros no passado, veremos adiante), mobilizados por redes sociais digitais, num processo de organização virtual e constituição de grupos “ad hoc”, levando a indagações do tipo: são movimentos sociais? Um destaque importante nestes novos tipos de ações coletivas diz respeito à forma de comunicação predominante: *online*. Quando surgiram utilizavam-se de redes sociais veiculadas pelo Facebook, Youtube, Orkut, LinkedIn etc. acionadas via aparelhos móveis, como ferramentas do ciberativismo, que se incorporaram ao perfil do ativista e tornam-se o meio principal para articular as ações coletivas (CASTELLS, 2013). Por isso, as análises sobre estas ações têm de incorporar esta importante alteração que interfere nas relações que se estabelecem e estruturam os movimentos.

A transnacionalização advém destas alterações, ainda que os ativistas estejam reivindicando questões locais. Alguns são movimentos virtuais, sem sede ou grupo organizador de grande visibilidade. O registro instantâneo de ações transformou-se em arma de luta, ações que geram outras ações como resposta. A preocupação com as redes sociais e digitais leva às abordagens que as tomam como processos em andamento e buscam construir metodologias para captar as conexões entre o global e o local, suas interações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e mídias digitais (DIANI; MacADAM, 2003). O trabalho do pesquisador é cognitivo e político porque ele deve realizar um rastreamento para elaborar uma cartografia de processos sociais “se fazendo” e não já dados, prontos ou acabados. Recomenda-se retrazar os percursos captando-se as inquietações, os conflitos e as controvérsias porque as redes são polissêmicas, diversas e não unívocas. Os estudos destacam como os atores tecem seus percursos na rede, mas o pesquisador continua esta tessitura ao elaborar suas cartografias. Algumas das questões que se colocam são: quais espaços cognitivos e políticos os ativistas utilizam, que saberes constroem, como se autorrepresentam, qual a cartografia de seus embates coletivos? (LATOUR, 2005).

Os novos movimentos sociais da contemporaneidade, especialmente as mobilizações: Primavera Árabe, Indignados na Europa, *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e em várias regiões do mundo, e mobilizações de estudantes (Chile e outros países), influenciaram profundamente o cenário dos movimentos sociais latino-americanos, apesar de suas especificidades. Com as mobilizações transnacionais passou-se da antiglobalização (ou alterglobalização), tal como aparecia nas demandas do Fórum Social Mundial (FSM), por exemplo, para a negação da globalização e seus efeitos sobre a economia e o social. Pensando em termos de uma Sociologia dos Movimentos Sociais concluímos que os atuais movimentos que atuam via redes sociais ou coletivos que se organizam e atuam via uso de intensa conectividade estão operando uma renovação nas lutas sociais da magnitude que os novos movimentos sociais operaram nas décadas de 1960, 1970 e parte de 1980 (América Latina). Eles estão reformulando a pauta das demandas e repolitizando-os de forma nova, na maioria das vezes independentemente das estruturas partidárias. As explicações teóricas também têm se alterado.

A seguir, apresentamos um mapeamento breve das principais abordagens teóricas que têm orientado o olhar dos pesquisadores sobre o novo cenário dos

movimentos sociais na América Latina, com destaque para o Brasil na atualidade. Sistematizaremos cinco abordagens: humanista; teorias pós-coloniais; teorias marxista e pós-marxista; autonomistas; institucionalistas.

3.2 A abordagem humanista

A abordagem humanista/holística pode ser observada não apenas como uma construção de intelectuais na análise dos movimentos. Ela dá corpo às representações que vários povos indígenas da região andina formularam a respeito de suas concepções de vida. Na Bolívia, por exemplo, dentre os princípios que dão suporte à nova Constituição e à lei boliviana de Participação e Controle Social de 2010 está o conceito do “vivir bien”, ou Suma Kamaña, que envolve a ideia holística de viver bem e em equilíbrio entre os seres humanos e com a natureza. A incorporação desta categoria no universo de reconstrução do Estado e da nação boliviana (a qual foi também incorporada na nova Constituição do Equador) promove uma mudança paradigmática por promover a interculturalização no país. A população é convidada a pensar e agir com princípios de seus ancestrais, num movimento de descolonização de ideias e práticas. O eixo articulatório desta abordagem é dado por uma concepção de desenvolvimento, antes associada ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, para uma concepção humanista, que enfatiza o indivíduo e a qualidade de vida, denominada por alguns como “desenvolvimento humano integral e sustentável”. Pode-se encontrar esta abordagem em Tapia (2009) e Dávalos (2005).

3.3 As teorias pós-coloniais na análise dos movimentos sociais

As teorias pós-coloniais também são denominadas por alguns como das racionalidades alternativas. Elas incluem autores da Europa, dos Estados Unidos, da América Latina e da Ásia. O leque de autores é vasto, destacando-se: Boaventura de Souza Santos, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Spivak, S. Hall, P. Gilroy, Édouard Glissant, Serge Gruzinski etc., além de precursores como F. Fanon, Orlando Fals Borda, H. Bhabha, E. Said, Darcy Ribeiro etc. (GOHN, 2012b).

O enfoque pós-colonial não foi construído para explicar especificamente mobilizações sociais, mas ele tem sido uma das vertentes que tem revitalizado o debate teórico sobre os movimentos sociais, porque foca pontos centrais

nas lutas e nos movimentos sociais da América Latina: a apropriação do saber dos povos nativos, a expropriação de suas terras e cultura, e os processos de dominação que as metrópoles impuseram aos colonizados. Os oprimidos desenvolveram culturas de resistência – ora se calam, ora se insurgem, porque a situação se perpetua, com mudanças históricas no cenário político e econômico. A teoria pós-colonial teve sua elaboração inicial na Europa em relação ao tema da colonização, especialmente na África, e as formas coloniais ainda lá existentes (SPIVAK, 2008).

Segundo Wallerstein (2008, p. 10), “em torno da questão da identidade cultural, da identidade nacional, encontramos o dilema fundamental que assolou todo o pensamento anti-sistêmico no último meio século e, provavelmente, assolará também o meio século seguinte. A rejeição do universalismo europeu é fundamental para a rejeição do domínio pan-europeu e da sua retórica do poder na estrutura do sistema-mundo moderno, aquilo que Aníbal Quijano designou por colonialidade do poder”.

Na América Latina, os adeptos das teorias pós-coloniais recuperam, do período de sua formação histórica, a matriz do poder colonial no século XVI. Destaca que a fundamentação deste poder está no controle do conhecimento, fazendo deste controle as bases do domínio político, econômico, cultural e social. O saber dominante, colonial, desqualificou outros conhecimentos e saberes que não o do colonizador, europeu, do hemisfério Norte, advindo dos brancos etc. A colonialidade é a face oculta da modernidade eurocêntrica, que impôs sentimentos de inferioridade. Ser “moderno” foi inculcado como o sendo o indivíduo “civilizado”, e os nativos da colônia seriam “bárbaros” e “atrasados”. Com isto, para os teóricos desta corrente o problema central da América Latina seria a descolonização do saber e do ser (como repositório de práticas e valores que mantém e reproduzem subjetividades e conhecimentos), saberes estes que “são mantidos por um tipo de economia que alimenta as instituições, os argumentos e os consumidores (MIGNOLO, 2009, p. 254)”. Na mesma linha de argumentos, Sirvent (2008) afirma que um dos grandes problemas sociais contemporâneos é o fenômeno da naturalização da injustiça, a exploração e a pobreza nas mentes da população, inibindo o desenvolvimento do pensamento crítico. Com isto, o poder dominante foi se transformando em nosso sentido comum. Sirvent preconiza a necessidade de se construir poder por meio do conhecimento, e isto implica “construir categorias para pensar

a realidade que possam gerar ações de mobilização coletiva em confrontação com os significados que desmobilizam e paralisam” (SIRVENT, 2008, p. 22).

Dussel (2002) contribui para novos olhares sobre os movimentos sociais ao analisar uma pedagogia crítica que contribui para a emancipação dos oprimidos, numa abordagem que une Paulo Freire, a Escola de Frankfurt – especialmente Marcuse, análises de Freud, Nietzsche e Lévinas, para criar uma Ética da Libertação a partir da construção da identidade das vítimas. A ética da libertação realiza-se com a consciência ética de ser vítima, ela se transforma em sujeito pela comunidade. O comunitarismo e o neocomunitarismo são veios analíticos utilizados em algumas vertentes das teorias da descolonização.

As interpretações contemporâneas sobre os movimentos sociais que se apoiam nas teorias pós-coloniais reforçam o questionamento aos paradigmas e às teorias hegemônicas.

3.4 Abordagens marxistas

A abordagem marxista teve grande relevância nas interpretações sobre os movimentos sociais no período de regime militar em vários países latino-americanos. Na década de 1980, a crise do leste europeu, o debate sobre a crise dos paradigmas e o crescimento de teorias pós-modernas retiraram o marxismo da posição de uma das teorias de maior destaque. No novo século, especialmente após a crise de 2008, com as políticas neoliberais ao longo da primeira década, observa-se um revigoramento das abordagens marxistas no campo de análise dos movimentos sociais. O estado passa a depender de credores e do sistema internacional, relações sociais promíscuas interpenetram a gestão pública, fazendo com que o interesse público dos cidadãos não seja defendido com prioridade pelos governantes.

Destacam-se dois grandes blocos e autores na abordagem marxista e pós-marxista. No primeiro, autores que não analisam especificamente os movimentos, mas referem-se a eles, tais como: A. Negri e M. Hardt (e a análise da multidão); R. Cox, Goran Therborn, D. Harvey (que destacam dimensões espaciais); I. Wellerstein (sistema-mundo); F. Jameson, G. Arrighi, Ellen Meiksins Wood (que dizem que a submissão da economia brasileira às pressões neoliberais internacionais levou às agitações populares em 2013) e T. Eagleton (para esse último, as denúncias e o combate à desigualdade e à exploração são centrais hoje como no século XIX). No segundo bloco, temos autores que

têm analisado e inspirado ações de movimentos, como J. Rancière, S. Zizek (filósofo e psicanalista lacaniano, fonte de inspiração para jovens do movimento *Ocuppy Wall Street*), A. G. Linera (vice-presidente da Bolívia, intelectual com produção sobre os movimentos sociais), A. Badiou etc. Um legado comum a todos eles são os estudos sobre movimentos sociais de E. Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rudé. Alguns observam que há sempre um substrato, um legado do passado que se traduz em memória e aprendizados, muitas vezes sufocados e calados como formas de resistência, que em dadas ocasiões reaparecem e se articulam com os fatos do presente, reagrupam forças socio-políticas, reconstroem a identidade dos grupos e movimentos, rompendo com formas de dominação. No passado, E. P. Thompson chamou este processo de interpretação da realidade, isto porque os movimentos surgem a partir de uma reflexão por parte de seus integrantes sobre sua própria experiência; isto é, eles são em última instância, movimentos de reinterpretação.

3.5 Abordagem dos autonomistas - os *Black Blocs* e outros

Muitos movimentos sociais que dominaram a cena midiática nas manifestações nas ruas, a partir de Junho de 2013 no Brasil, sequer se autodenominam como movimentos sociais, a exemplo dos *Black Blocs* (DEPUISE-DÉRI, 2014). A maioria não tem planos programáticos por convicção, inspira-se mais nos ideais do socialismo libertário do século XIX do que na esquerda tradicional (DI CINTIO, 2010); inspira-se também em teorias do humanismo, versões que combinam com visões holísticas. Por isso é interessante resgatar alguns dos princípios do anarquismo do século XIX, na figura de Proudhon e Kropotkin, para vermos as similaridades com ideias da atualidade. Devem-se registrar também influências advindas da década de 1960, a exemplo da Internacional Situacionista (IS). Criada na década de 1950 na Itália, inicialmente voltada ao campo da arte e do urbanismo, teve em Guy Debord (1994) um de seus principais articuladores. Em Maio de 1968, na França, a IS foi presença marcante junto aos grupos que defendiam a autonomia do movimento dos estudantes e dos operários. Um dos princípios de seu manifesto diz:

“A partir de agora, propomos uma organização autônoma dos produtores da nova cultura, independente das organizações políticas e sindicais existentes no presente momento, pois nós negamos a capacidade de se organizar outra coisa a não ser o condicionamento do existente.” (Manifesto da Internacional Situacionista, 1960).

Nas manifestações de estudantes na França, na década de 2010, no Chile, em 2011, e nas manifestações de rua no Brasil, em Junho de 2013, as teorias libertárias tiveram grande vigor. Elas têm recriado as utopias, movem os estudantes e incendiam as paixões dos jovens, nas respectivas gerações. Contestam o *status quo*, propõem um novo modelo de sociedade, destacam os indivíduos e suas ações.

O pensamento autonomista bebe também no humanismo, que cresceu e espalhou-se entre os ativistas da cibercultura. Stéphane Hessel (2012), que esteve em campos de concentração de judeus e participou da Resistência Francesa, escreveu com 93 anos um livreto *Indignai-vos!*. O livro em poucos meses vendeu 1.500.000 exemplares e foi publicado em várias línguas. Ele “fez a cabeça” da maioria dos jovens, indignados pelo mundo no início desta nova década. A indignação é vista como um valor humano, essencial para a justiça social. Não se preconiza a violência ou os atos terroristas, ao contrário, eles são condenados. O modelo está mais para Ghandi.

As utopias, que desde a queda do Muro de Berlim, há mais de 20 anos, eram criticadas e tidas como mortas, porque foram identificadas erroneamente como totalitarismo, ressurgem nesta nova década, lastreadas em referenciais libertários, para projetar o futuro, no qual não se sabe bem o que quer, mas sabe-se muito bem o que não se quer. Saliba (2004) chama este processo de distopia. Análises que destacam o fim das utopias, ou sua crise e negação, registradas anteriormente no texto, são restritas porque veem um dado modelo de utopia, associando-o ou vendo-o como sinônimo de um dado modelo de sociedade totalitária. Os manifestantes de Junho de 2013 defendem formas horizontais e não centralizadoras de organização, negam a presença de partidos nas manifestações, mas não são antipartidários. Ao contrário, desde a década de 2010 estão gritando: outro mundo é possível. Qual mundo? Qual utopia? Talvez devêssemos seguir Riot-Sarcey que no *Dicionário das utopias* (2009) afirma ser melhor pensarmos na ausência de uma definição unívoca sobre o tema, mas reencontrar o sentido de uma construção imaginária. Ou seja, retomar Thomas Morus, na origem do termo utopia, em 1516, que a caracterizou como um discurso sobre o não existente, um lugar que não existe ainda, um não lugar, mas um lugar onde se está bem. Ou retomar Munford (2007) que em 1922 analisou as utopias históricas e as distinguiu entre utopias de escape e de reconstrução.

O inventário esboçado por Bevington e Dixon sobre a discussão teoricamente relevante disponível em websites de ativistas e em publicações vocacionadas para a reflexão sobre os movimentos, conclui que os ativistas: “para além de se centrarem em questões relativas à estratégia, à tática e à construção dos movimentos, estas discussões revelam uma grande preocupação com o modo de assegurar a sua permanente democratização. [...] Perante este quadro, de imediato se reconhece que os ativistas de hoje continuam a debater-se com questões que são centrais para a teoria social dos académicos há pelo menos um século” (BEVINGTON; DIXON apud FLACKS, 2005, p. 59).

3.6 Abordagem Institucionalista

O desenvolvimento do processo democrático em vários países tem levado a políticas públicas formuladas a partir de diálogos e parcerias com a sociedade civil organizada, de forma despolitizada, deixando muitos movimentos sociais com pouco espaço para suas ações. Neste cenário, as abordagens advindas das teorias da Mobilização Política, com suas categorias, estruturas de oportunidades, “*contentious politics*”, *frames* etc., citadas na primeira parte deste artigo, têm ganhado espaço porque elas focalizam menos os conflitos, e mais as negociações, a “engenharia do social” tecida nas estruturas institucionalizadas. O movimento dos afrodescendentes, especialmente no Brasil, tem sido analisado sob este enfoque (aliado à teoria do reconhecimento), dada a atuação do poder público na última década em questões como a dos “quilombolas” (terras de ex-escravos), cotas para acesso às Universidades, públicas e privadas (essas últimas com o Programa Universidade para Todos – PROUNI). De um lado pode-se fazer uma leitura-conquista e exercício de direitos, vivência da cidadania. De outro, um olhar mais preciso e acurado poderá ver que se trata de uma cidadania tutelada, outorgada, em que a autonomia transfigura-se em sustentabilidade; viver com recursos gerados pelos próprios grupos, a partir de estruturas de apoio de ONGs e associações civis, estando estas plugadas em editais, apoios e auxílios governamentais, e em projetos de extensão universitários. Esta participação institucionalizada se contrapõe a movimentos que lutam por direitos, pela emancipação, localizados mais no plano rural, nos territórios dos povos originários indígenas, entre povos às margens de rios ou populações em áreas de grandes obras públicas, como a transposição do Rio São Francisco.

A TMP foi pouco utilizada no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, na análise dos movimentos que aqui ocorriam, quando surgiram vários estudos e publicações sobre a “era movimentalista” dos movimentos sociais no Brasil sob a ótica dos “novos movimentos sociais”. Os registros a respeito concentravam-se na produção de alguns pesquisadores do antigo IUPERJ (Renato Boschi, por exemplo). C. Tilly, um dos principais membros da TMP, teve apenas um livro traduzido ao português, um clássico dos anos de 1970 (TILLY, 1978). Este cenário muda a partir dos anos 2000. No novo século, a abordagem de Tilly e colaboradores tem sido “redescoberta” e utilizada por vários pesquisadores e professores de universidades brasileiras. Foi traduzido para o português um dos livros mais conhecidos do grupo que é *Power in movement*, de Sidney Tarrow (publicado nos Estados Unidos em 1994, edição revista em 1998, a qual foi a base para a tradução para o português em 2009). A abordagem de Tarrow focaliza as relações entre as ações coletivas e o estado, buscando reconstruir seus “frames”, vistos como quadros e repertórios de atuação, localizando as ações no tempo em termos de média ou longa duração, destacando os processos de oportunidades políticas construídos, assim como priorizando a dimensão cultural dos atores em cena. Conforme assinalamos na primeira parte, o eixo paradigmático dado pelo foco na estrutura das oportunidades políticas afirma que elas, oportunidades políticas, são responsáveis pelo surgimento dos vários ciclos de movimentos sociais, em diferentes contextos e lugares históricos.

4 Concluindo

A partir dos efeitos dos movimentos sociais da década de 1960 – direitos civis (Estados Unidos), estudantes (França, Alemanha, a ex-Checoslováquia, Estados Unidos, América Latina etc.) –, o campo dos movimentos sociais se amplia e afirma-se como estudo de movimentos e não apenas ações coletivas. Destacamos que a América do Norte, a Europa e a América Latina possuem contextos históricos específicos e lutas e movimentos sociais correspondentes a estes contextos. Na Europa e na América do Norte, formularam-se teorias próprias. Na América Latina, as posturas metodológicas foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado inicialmente basicamente por teorias criadas em outros contextos, diferentes de suas realidades nacionais, como a teoria europeia dos novos movimentos sociais. A retomada das pesquisas sobre os movimentos sociais neste novo

século tem levado à retomada dos marcos teóricos e a tentativa de construir ou diferenciar as especificidades locais. No passado, poucos estudos se dedicaram às questões teóricas envolvidas, embora todos eles tenham sido realizados sob um dado prisma no leque das abordagens teórico-metodológicas existentes.

No novo cenário dos movimentos sociais no século XXI, novos aportes teóricos são desenvolvidos ou reelaborados, especialmente na América Latina; novas ênfases ocorrem nas teorias já existentes. Teorias que tinham hegemonia na América do Norte difundiram-se na realidade latino-americana e passaram a ser eixos referenciais importantes, a exemplo da Teoria da Mobilização Política, com destaque para as oportunidades políticas e os litígios políticos de Tilly e Tarrow (2007) e outros. O marxismo ressurgiu renovado (LINERA, 2009; HARVEY, 2011; ZIZEK, 2012; QUIJANO, 2004), ao lado de outros aportes teóricos, como o socialismo libertário (DE CINTIO, 2010) e o novo humanismo holístico (HESSEL, 2011; DUSSEL, 2002; SPIVAK, 2008; WALSH, 2005). A questão da autonomia ressurgiu com vigor em práticas coletivas, a exemplo dos *Black Blocs* (DEPUIIS-DÉRI, 2014); as redes sociais ganham vigor nas pesquisas que Castells desenvolve desde o final dos anos de 1990 (CASTELLS, 1999, 2013). Ocorre, pois, uma repolitização dos movimentos sociais pós-2008 sob novos paradigmas inspiradores das ações coletivas, muitos deles construídos a partir de ideias e utopias já bem antigas, como o socialismo libertário, o anarquismo, os autonomistas e outros, porém totalmente renovados sob a égide da sociedade contemporânea com seus problemas, desafios e recursos comunicacionais e tecnológicos.

Em suma, a nova etapa das lutas sociais do século XXI se faz aliando inovações tecnológicas e retorno às teorias do século XIX, totalmente revisadas. De um lado, os neomarxistas, de outro, o socialismo libertário e o humanismo holístico, em certos segmentos dos povos indígenas da realidade latino-americana como a teoria do “bien vivir”. No plano das análises, não se trata mais de contrapor os novos movimentos sociais, nucleados em torno de questões identitárias, tais como sexo, etnia, raça, faixa etária etc., aos “velhos” movimentos dos trabalhadores, como Claus Offe (1988), e outros na década de 1980, por exemplo. Não se trata, portanto, de contrapor tipos de movimentos ou ações coletivas, e nem paradigmas teóricos interpretativos como mais ou menos adequados, até porque todos eles continuam a coexistir com os novos. Trata-se de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas,

suas articulações e os marcos interpretativos que têm lhes atribuído sentidos e significados novos, o que eles têm trazido à luz no campo da investigação de uma Sociologia dos Movimentos Sociais. Resulta do novo cenário que movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade na nova década do século XXI, como atores que pressionam por processos de mudança social e reinventam as formas de fazer política. Eles também se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteram seus projetos políticos. Mas como são muitos e heterogêneos, parte deles fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, ideias e pontos de vistas centrais, alterando o projeto e a cultura política existente. Outros se redefiniram segundo as mudanças de outros atores sociais em cena. Outros ainda aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização, econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo – aprender via observação – nos grandes eventos transnacionais, ou via conexão na rede internet). O perfil dos participantes alterou-se de militante para um ativista. As marchas tornaram-se o modelo básico de protesto. As redes sociais substituíram os “muros de Paris”, como divulgadoras das demandas, palavras de ordem e articuladoras das ações em si, lembrando e comparando com 1968.

Finalizando: Se considerarmos como “teoria” um determinado quadro intelectual que nos fornece explicações para a compreensão dos fenômenos analisados assim como nos fornece pistas para extrair possibilidades e para delinear rumos sobre o futuro do estudo em tela, nos países do Sul temos, na atualidade, elementos para várias teorias sobre os movimentos sociais, mas nenhuma completamente consolidada nos marcos das especificidades locais. O que dispomos é de um grande acervo de narrativas acerca de uma série de acontecimentos históricos em que os movimentos participaram, de forma que podemos falar de paradigmas do Sul. Um grande desafio é construir categorias teóricas para pensar as especificidades de nossa realidade, categorias que reflitam o movimento real desta realidade, que capte seus significados. Este desafio inscreve-se nos marcos de um diagnóstico que diz ser um dos problemas da América Latina a descolonização do saber e do ser (como repositório de práticas e valores, que mantém e reproduz subjetividades e conhecimentos). Saberes estes que são mantidos por um tipo de economia que alimenta as

instituições, as representações sobre a vida sociocultural de seu povo e os argumentos sobre os caminhos a seguir. Muitas categorias que utilizamos foram construídas em círculos acadêmicos que excluem ou minimizam os sujeitos das ações e movimentos de países do Sul, trabalham com noções de que existe uma única episteme ou forma de produzir conhecimento para a compreensão do mundo.

Referências

- ALI, T. et al. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- CASTELS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- _____. **Redes de indignação e de esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COHEN, J. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, n. 52, p. 663-716, 1985.
- DÁVALOS, P. Movimientos indígenas en América Latina: el derecho a la palabra. In: DÁVALOS, P. (Org.). **Pueblos indígenas, Estado y democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 17-34.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- DEPUIIS-DÉRI, F. **Black blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.
- DIANI, Mário and MacAdam Doug.(Edts). **Social movements and networks**: Relational approach to collective actions. Oxford, Oxford University Press, 2003.
- DI CINTIO, C. **Petit traité de désobéissance civile**. Paris: ResPublica Ed., 2010.
- DUSSEL, E. **A ética da libertação na idade da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FALS BORDA, O. **Historia doble de la costa**: retorno a la tierra. Bogotá: Carlos Valencia, 1986. tomo IV.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FLACKS, D. A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, p. 45-66, out. 2005.

- FOWERAKER, J. **Theorizing social movements**. Boulder; Colorado: Pluto, 1981.
- GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2013a.
- _____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.
- _____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012a.
- _____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012b.
- _____. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012c.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- HESSEL, S. **Indignai-vos!** 3. ed. Lisboa: Ed. Objectiva, 2011.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to actor network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LINERA, Á. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- McADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Comparative perspectives on social movements**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1996.
- MIGNOLO, W. D. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003
- _____. Defensa de la opción decolonial. **Crítica y Emancipación**, Buenos Aires, CLACSO, n. 2, p. 251-276, 2009.
- MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, n. 19, p. 199-226, 1980.
- MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992.
- MUMFORD, L. **História das utopias**. Lisboa: Antígona, 2007.

- OFFE, C. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Ed. Sistema, 1988.
- OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge Univ. Press, 1965.
- QUIJANO, A. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? **Revista OSAL**, Buenos Aires, CLACSO, v. 5, n. 13, 2004.
- _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).
- RIOT-SARCEY, M.; PICON, A.; BOUCHET, T. **Dicionário das utopias**. São Paulo: Edições &Textos, 2009.
- SALIBA, E. T. **As utopias românticas**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, UnB, Dossiê: Movimentos Sociais, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SIRVENT, M. T. **Educación de adultos: investigación, participación, desafíos y contradicciones**. 2. ed. Buenos Aires: Minó Dávila, 2008.
- SMELSER, N. J. **Teoría del comportamiento colectivo**. México: FCE, 1962.
- SPIVAK, G. C. Estudios de la subalternidad. In: SPIVAK et al. **Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales**. Madri: Queimadas Graficas, 2008.
- STAVENHAGEN, R. **Siete tesis equivocadas sobre América Latina**. Buenos Aires: 1965.
- _____. **Sociología y desarrollo**. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1972.
- SVAMPA, M. **Cambio de época: movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires: CLACSO; SigloXXI, 2008.
- TAPIA, L. Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política. **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**, Buenos Aires, CLACSO, n. 11, 2009.
- TARROW, S. **Power in movement**. Cambridge Univ. Press, 1994.
- TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Londres: Addison-Wesley Publ. Comp., 1978.
- TORO, J. B.; WERNECK, N. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- WALLERSTEIN, I. Ler Fanon no século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 82, p. 3-12, set. 2008.

WALSH, C. Introducción (re)pensamiento crítico y (de)colonialidad. In: WALSH, C. (Org.). **Pensamiento crítico y matriz (de) colonial, reflexiones latinoamericanas**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2005.

WANDERLEY, Luis E.W. **Democracia e igreja popular**. São Paulo, EDUC, 2007.

WANDERLEY, L. E. W.; WANDERLEY, L. E. **Educação popular, metamorfoses e veredas**. Cortez, 2010.

WOOD, E. M. **Império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZIZEK, S. et ALI, Tariq; ALVES, Giovanni; DAVIS, Mike; HARVEY, David; SADER, Emir; SAFATLE, Vladimir; PESCHANSKI, João Alexandre; TELES, Edson; e WALLERSTEIN, Immanuel. **Occupy**. Movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo, Boitempo, 2012, p. 15-25.

Recebido em 03.07.2014

Aprovado em 29.01.2015

The production on social movements in Brazil in The Latin América context

Abstract

The article focuses on the theoretical production about social movements in Latin America with emphasis on the Brazilian production. It divides into two parts. The first systematizes theoretical and supports different axes methodology that configure the approaches on the social movements from the early 1960, contextualizing facts and approaches. Clothesline authors and theories, concepts and categories used that gave support to studies conducted in the 1970-1990, especially the theories of collective identity and political mobilization. In the case of Brazil, we highlight the role of the ANPOCs. The second presents an overview of contemporary theories that has prevailed in Latin America today, including the references present in the protests demonstrations that occurred in Brazil in 2013. Systematize five approaches: the humanist theories, Marxist theories, the post colonialism theory, the Autonomists and the institutional approach.

Keywords: Social movements. Theories. Theoretical approaches.